

Análise Conclusiva do Controle Interno – ACCI

ANEXO I – PODER EXECUTIVO

Nome da Entidade: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

UNIDADE GESTORA: \_\_\_\_\_

Possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS?  SIM ( ) NÃO

Lei de Instituição do Controle Interno: SIM

Possui entidade da Administração Pública Indireta?  SIM ( ) NÃO

1) O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre/semestre anterior, em audiência pública?  SIM ( ) NÃO

2) Onde foi realizada audiência pública? SIM

3) A audiência foi realizada no prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF?  
 SIM ( ) NÃO

4) O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso? ( ) SIM  NÃO

5) A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram estabelecidos pelo Poder Executivo em até trinta dias após a publicação dos orçamentos?  
( ) SIM  NÃO

6) Houve realização de operação de crédito? ( ) SIM  NÃO

7) Qual a modalidade da Operação de Crédito?  
( ) operação de crédito interna  
( ) operação de crédito externa  
( ) por antecipação da receita (ARO)

8) Foi ordenada operação de crédito, sem autorização legislativa?  
( ) SIM  NÃO

9) As operações de crédito superaram os limites estabelecidos na Resolução do Senado?  
( ) SIM  NÃO

- 10) O montante previsto para as receitas de operações de crédito ultrapassou as despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária?  
 SIM  NÃO
- 11) Foi prestada garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contra-garantia em valor igual ou superior?  SIM  NÃO
- 12) A ARO foi realizada somente a partir do décimo dia do início do exercício?  
 SIM  NÃO
- 13) A ARO foi liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício?  SIM  NÃO
- 14) O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União?  
 SIM  NÃO
- 15) As disponibilidades constam de registro próprio de modo que recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada?  SIM  NÃO
- 16) As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades?  SIM  NÃO
- 17) As disponibilidades do RPPS estão aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira?  
 SIM  NÃO
- 18) Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação?  SIM  NÃO
- 19) Existem obras paralisadas?  SIM  NÃO
- 20) Existem obras em andamento?  SIM  NÃO
- 21) O Poder Executivo ao enviar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao legislativo anexou o relatório com as informações das obras em andamento?  
 SIM  NÃO
- 22) Houve descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas?  
 SIM  NÃO
- 23) Houve abertura de créditos adicionais?  SIM  NÃO
- 24) Foram publicados os decretos de contratação de operações de crédito no exercício, mediante leis autorizativas?  SIM  NÃO

- 25) As alterações de saldos apresentadas nos Decretos de abertura de créditos adicionais representam os mesmos valores demonstrados na contabilidade?  SIM ( ) NÃO
- 26) Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?  SIM ( ) NÃO
- 27) Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis?  SIM ( ) NÃO
- 28) Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?  SIM ( ) NÃO
- 29) Foi aplicado o percentual mínimo de 25% da receita proveniente de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino?  SIM ( ) NÃO
- 30) Houve aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício?  SIM ( ) NÃO
- 31) Houve cumprimento do limite mínimo de 15% em ações e serviços públicos de saúde?  SIM ( ) NÃO
- 32) Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal e legislação local?  SIM ( ) NÃO
- 33) As contratações de pessoal por tempo determinado são realizadas mediante lei aprovada pela Câmara Municipal?  SIM ( ) NÃO
- 34) Houve inclusão, no orçamento, da verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado (sentenças judiciais), constantes de precatórios apresentados até 1º de julho?  SIM ( ) NÃO
- 35) Existem pendências de pagamento de precatórios referente ao exercício anterior? ( ) SIM  NÃO
- 36) Houve contabilização como dívida do Ente, dos valores correspondentes aos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento? ( ) SIM  NÃO
- 37) Houve assunção de obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato, de obrigação de despesa que não tenha sido cumprida integralmente no referido período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito? ( ) SIM  NÃO
- 38) Houve cumprimento do limite da dívida consolidada?  SIM ( ) NÃO

39) Houve registro contábil das obrigações do Ente no Passivo Financeiro e Permanente?  
 SIM ( ) NÃO

40) Foi detectada ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência? ( ) SIM  NÃO

41) Houve ausência de retenção, ou retenção a menor, da contribuição previdenciária dos servidores? ( ) SIM  NÃO

42) Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência? ( ) SIM  NÃO

43) Houve ocorrência de déficit na execução orçamentária?  SIM ( ) NÃO

44) Houve cumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras, prestação de serviços e precatórios? ( ) SIM  NÃO

45) Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público?  SIM ( ) NÃO

46) Os recursos financeiros oriundos de convênios são movimentados em conta bancária vinculada específica?  SIM ( ) NÃO

47) A despesa com pessoal aumentou nos últimos 180 dias do mandato?  
( ) SIM  NÃO

48) Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?  
 SIM ( ) NÃO

49) A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal? ( ) SIM  NÃO

50) A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal?  
( ) SIM  NÃO

51) O Poder Executivo possui Quadro de Pessoal próprio instituído por lei?  
 SIM ( ) NÃO

52) O quantitativo de servidores é compatível com o quadro aprovado?  
( ) SIM  NÃO

53) Os servidores foram admitidos através de concurso público?  
 SIM ( ) NÃO

54) Os documentos relativos ao concurso público e os atos de nomeação ou admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?  
 SIM ( ) NÃO

- 55) Existem servidores contratados por tempo determinado?  SIM ( ) NÃO
- 56) Os contratos estão autorizados por lei específica com motivos devidamente justificados?  SIM ( ) NÃO
- 57) Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)?  
( ) SIM  NÃO
- 58) Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas? ( ) SIM  NÃO
- 59) Houve receita de alienação de Ativos (bens e direitos)? ( ) SIM  NÃO
- 60) Houve aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente?  
( ) SIM  NÃO
- 61) Em caso de alienação, doação e outros havia laudo de avaliação, leis autorizativas e justificativas?  SIM ( ) NÃO
- 62) Houve Bens Incorporados e Desincorporados no Patrimônio Municipal?  
 SIM ( ) NÃO
- 63) O patrimônio municipal está devidamente registrado e controlado (registro dos bens imóveis e tombamento dos móveis), com termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela sua guarda e conservação?  SIM ( ) NÃO
- 64) O Poder Executivo possui frota própria de veículos e máquinas?  
 SIM ( ) NÃO
- 65) É realizado o controle de uso e manutenção (gastos com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição)?  SIM ( ) NÃO
- 66) Houve despesa ordenada sem a autorização legal? ( ) SIM  NÃO
- 67) A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO foi apresentada com os Anexos de Metas e Riscos Fiscais?  SIM ( ) NÃO
- 68) As publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foram efetuadas nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?  
 SIM ( ) NÃO
- 69) O envio bimestral do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foi efetuado nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?  SIM ( ) NÃO

- 70) O Poder Executivo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?  SIM ( ) NÃO
- 71) O Poder Executivo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?  SIM ( ) NÃO
- 72) Ocorreram fatos que requeressem a limitação de empenhos? ( ) SIM  NÃO
- 73) Houve limitação de empenhos e movimentação financeira, nos casos estabelecidos no art. 9º, da LC nº 101/00? ( ) SIM  NÃO
- 74) O Poder Executivo instituiu e cobra todos os impostos e taxas de sua competência conforme disposto no art. 11 da LC nº. 101/2000?  SIM ( ) NÃO
- 75) O Poder Executivo inscreve na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com o recolhimento dos impostos devidos e adota as providências para cobrança?  SIM ( ) NÃO
- 76) O orçamento foi superestimado? ( ) SIM  NÃO
- 77) O subsídio do Prefeito obedece ao estabelecido em lei?  SIM ( ) NÃO
- 78) O subsídio do Vice-Prefeito está em conformidade com a legislação pertinente?  SIM ( ) NÃO
- 79) Os subsídios dos secretários guardam consonância ao estabelecido em lei?  SIM ( ) NÃO
- 80) Existe análise e manifestação do responsável pelo Controle Interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres? ( ) SIM  NÃO
- 81) Todos os processos de realização de despesas são submetidos à verificação e análise do Controle Interno? ( ) SIM  NÃO
- 82) Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados? ( ) SIM  NÃO
- 83) Houve despesa não empenha de competência do referente período? ( ) SIM  NÃO
- 84) Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade?  SIM ( ) NÃO

85) Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

( ) SIM (X) NÃO

86) Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar? ( ) SIM (X) NÃO

87) Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal? ( ) SIM (X) NÃO

88) O Poder Executivo tem implantada em seus órgãos, a conta Almoarifado, destinada ao registro e controle das aquisições, aplicações e estocagem dos produtos e materiais adquiridos durante o exercício? ( ) SIM (X) NÃO

89) O registro da conta Almoarifado atendeu às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público? ( ) SIM (X) NÃO

90) Existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão de diárias? (X) SIM ( ) NÃO

91) O Poder Executivo possui Comissão Permanente de Licitação regular? (X) SIM ( ) NÃO

92) Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão? (X) SIM ( ) NÃO

93) Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores? (X) SIM ( ) NÃO

94) O Poder Executivo mantém cadastro atualizado de todos os fornecedores e prestadores de serviços da administração municipal? ( ) SIM (X) NÃO

95) Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário acima:

---

---

---

---

---

---

---

